

Leituras e leitores II

Reflexões finais em torno dos resultados de um inquérito*

Eduardo de Freitas

Maria de Lourdes Lima dos Santos**

Resumo: Neste artigo comentam-se os pontos de partida teórico-metodológicos que viabilizaram o *Inquérito aos Hábitos de Leitura* (1989), mormente no que respeita à concepção de leitura, a qual é encarada como acto de apropriação e de re-produção dos textos. Justificam-se ainda as opções feitas em matéria de modalidades do impresso (livros, jornais e revistas) sobre as quais se recolheu informação referente à leitura realizada pelos inquiridos, e também relativamente às tipologias estabelecidas de leitura (cumulativa, parcelar) e de leitores (grandes, médios e pequenos). Tendo em conta alguns resultados do Inquérito que se afiguram de maior relevo, designadamente aquele que permite circunscrever a muito larga faixa de população inquirida que no máximo faz da chamada "leitura legítima" um escasso consumo, tecem-se alguns comentários no registo de uma política cultural interessada em potenciar os hábitos de leitura do livro.

A fechar a síntese dos resultados do *Inquérito aos Hábitos de Leitura* apresentam-se alguns comentários em torno de determinadas opções de natureza teórico-metodológica e enunciam-se certas conclusões de registo sociológico revelante.

Pelo seu papel determinante na captação, organização e interpretação da informação recolhida, destacam-se as opções relativas ao *corpus* admitido (três modalidades do impresso como objecto de leitura: livros, jornais e revistas) e as opções relativas aos "filtros" utilizados na tipologia da leitura (cumulativa e parcelar) e na tipologia dos leitores (grandes, médios e pequenos leitores). Referir-se-ão algumas das suas implicações de uma forma necessariamente muito sucinta e atendendo, sobretudo, aos obstáculos que podem advir dos pressupostos

* Este artigo, que mantém a colaboração de Ana Saint-Maurice, continua o já publicado nesta Revista sob o Título "Leitura e leitores" (nº10, Out. 1991), e abarca a parte final de um texto que resume e comenta o Relatório do *Inquérito aos Hábitos de Leitura*, entregue ao Instituto Português do Livro e da Leitura (1989). O texto completo de uma síntese encontra-se já publicado sob o título *Leituras e Leitores: Inquérito Sociológico*, Publicações Dom Quixote, 1992.

** Docentes do Departamento de Sociologia do ISCTE, investigadores no CIES

que os "leitores profissionais" (entre os quais se situam os sociólogos, logo, também os autores deste trabalho...) tendem a alimentar relativamente à leitura em geral e à leitura das camadas populares em particular.

A realização de um qualquer inquérito aos hábitos de leitura pressupõe, como é óbvio, que a ele preside uma certa concepção de *leitura* e que esta é indissociável de uma certa concepção de *escrita*. Se a leitura for entendida como um processo de mera assimilação directa daquilo que o impresso transmite, podem daí resultar consideráveis obstáculos ao traçado de um quadro explicativo da leitura. Em tal caso, perder-se-á de vista que a leitura é uma actividade de *transformação* do texto, variando os modos de a praticar de acordo com os recursos de quem a pratica. Por outro lado, se se reduzir automaticamente o texto-objecto de leitura a um só suporte, o livro, está-se a descurar outros suportes eventualmente mais acessíveis e sedutores para aquelas camadas de leitores que, dado o seu modo de ler, tendem a afastar-se da "leitura legítima".

Alguns autores, como Peroni¹, orientados para uma sociologia da leitura mais interessada no acto da leitura do que nos usos do livro, reclamam-se da noção de "práticas de leitura" que consideram não extensiva a outras perspectivas do mesmo ramo disciplinar que, a seu ver, apenas têm em vista "práticas do impresso". A proposta de Peroni consiste em passar do livro para o acto de ler (*Du livre au lire*, conforme o próprio título de uma intervenção de Chartier, autor que segue essa mesma linha²) e em analisar esta operação nas suas próprias especificidades, entendendo a leitura como uma apropriação, uma reorganização em que o leitor não está meramente a assimilar mas a *re-produzir* (a leitura como "construção social da realidade", definição próxima da noção do consumidor-praticante lançada por Certeau)³.

Naturalmente, trata-se de uma perspectiva que não cabe por inteiro no âmbito deste inquérito nem poderia, de resto, ser satisfeita apenas através de um estudo quantitativo desta natureza. Serve, contudo, o radicalismo daqueles autores para pôr de sobreaviso uma sociologia da leitura que esteja fundamentalmente preocupada em medir, como diz Peroni, "a eficácia da imposição de uma prática de *uso legítimo* das produções culturais" (sublinhado nosso). Entendendo-se que essa legitimidade tende a ser identificada pelos "leitores profissionais" com a leitura do livro por excelência, há que estar advertido relativamente às consequências de tal atitude.

Com efeito, a sobrevalorização desta modalidade do impresso leva a que o livro constitua privilegiadamente, e mesmo por vezes exclusivamente, o *corpus* tomado em consideração nas pesquisas sobre a leitura. Por outro lado, o destaque conferido ao livro e a sua persistência como bem cultural emblemático são, eles mesmos, fenómenos que, do ponto de vista sociológico, reclamam necessariamente uma particular atenção. Tal atenção não foi, nem poderia ser, retirada ao livro neste inquérito onde, no entanto, se abriu um considerável espaço para diferentes modalidades do impresso (jornais e revistas) e para diferentes modalidades da leitura e de leitores (as tipologias já referidas), o que parece ter proporcionado resultados razoavelmente interessantes.

Se o alargamento do *corpus* correspondeu, a nível teórico-metodológico, a uma tentativa de superar a aludida tendência para uma legitimação redutora, por outro lado, a nível empírico, a importância desse alargamento viu-se confirmada pelo peso que o consumo de jornais e revistas assume nas práticas de leitura - recorda-se que, entre a população inquirida, os *jornais* são lidos por 67,6% e as *revistas* por 61,2%, enquanto os *livros* ficam pelos 53,5%.

Resultou também significativo o recurso às tipologias da leitura e dos leitores reveladoras de discriminações sociais e culturais dos inquiridos em geral e reveladoras também das hierarquias que dividem os próprios leitores de livros, vulgarmente identificados com a população leitora total. Faz-se notar, contudo, que poder distinguir os leitores de livros não significa, nesta pesquisa, privilegiar o livro como a leitura legítima, mas antes tentar captar as condições em que, precisamente através do livro, se vai reproduzindo essa legitimidade discriminatória.

É verdade que saber ler é hoje, cada vez mais, uma habilitação que tende a deixar de representar um privilégio para ser uma necessidade de todos e, nesta medida, afirmam alguns autores que a leitura não é uma prática cultural como qualquer outra, tendo em conta que "durante um certo período da existência de cada um, ela foi a única prática com durabilidade obrigatória, diferentemente do cinema, da televisão, da música, do teatro, etc., sendo este o efeito do laço estreito e particular existente entre o livro e a escola"⁴.

Contudo, para que a leitura se prolongue para lá da escolaridade, exercendo-se não como mera capacidade mas como efectiva prática cultural é preciso, como se sabe, mais do que essa específica ligação obrigatória à escola. São frequentes as pesquisas que demonstram como, depois de deixar a escola, se perdem hábitos de leitura, e muito particularmente de leitura do livro. Como sublinha Passeron, os esforços de democratização da leitura, para que esta mais do que apenas saber ler signifique também poder e querer ler, não podem perder de vista duas realidades sociológicas: "a distribuição social da capacidade (de ler depressa e muito) e a concentração social, em certos grupos, de atitudes culturais orientadas para outros valores de ócio que não os da leitura, ou mesmo de atitudes explicitamente anti-leitura"⁵.

Em princípio, a leitura do livro mais do que a das outras modalidades do escrito, ver-se-á afectada por aquelas duas realidades, sendo que, para os grupos sociais mais afastados da *cultura cultivada*, a dita leitura vai encontrar resistências que, nas palavras do mesmo autor, não se podem "descrever somente em termos de privação ou incapacidade. O que se verifica é que, uma vez dados os meios, um grupo não adopta uma prática a menos que ela tenha ou possa ganhar um sentido na sua cultura"⁶.

No jogo de possíveis que se vai configurando e reconfigurando no entrecruzar das histórias pessoais e colectivas, se abrirá ou não lugar para que a prática da leitura tenha sentido. Para isso concorrerá não só a natureza do sistema de disposições incorporado no processo de socialização primária mas também a natureza das trajetórias sociais que se desenvolvem. São elucidativos a este

respeito, como se viu, os resultados do inquérito quanto à desigual distribuição da leitura e o desigual acesso ao livro.

Aliás, alguns dos inquiridos (trata-se dos leitores de livros) têm sobre a prática da leitura representações que dão conta da sua própria sensibilidade quanto ao carácter mediato da relação entre a capacidade de ler e o hábito da leitura. Assim, quando indicam quais as condições favoráveis à criação desse hábito ou quais as carências que impedem quem sabe ler de o fazer, são respectivamente, a familiaridade com a leitura e a falta de motivação (ter ou não recebido incentivo familiar e escolar) que sobressaem em primeiro lugar entre as respostas dadas.

Por seu turno, os inquiridos que não têm hábitos de leitura justificam-se invocando maioritariamente a *falta de tempo*. É interessante, porém, que um outro motivo de alheamento - a *preguiça*, a *falta de vontade* ou o *cansaço* - seja invocado tanto na auto-avaliação destes inquiridos como nos juízos dos acima referidos, sendo que estes últimos consideram, simetricamente, a *força de vontade* e a *paciência* como uma das condições necessárias ao cultivo dos hábitos de leitura.

A falta de tempo que, objectivamente, pode ser impedimento importante, pode também funcionar como alibi para ocultar atitudes de desinteresse pela leitura, sobretudo tendo em consideração que a outra prática cultural - o visionamento de televisão - não parece afectada por essa pouca disponibilidade. Como se pôde verificar ao longo do pesquisa, o perfil dos pequenos leitores de livros acusa baixos níveis de instrução, profissões pouco qualificadas (predomínio de agricultores e profissionais dos serviços de segurança e domésticos), pais com idênticas características e reduzido contacto com a leitura na infância - traços negativos que se reencontram de forma agravada no perfil dos não-leitores de livros.

Trata-se de perfis de grupos sociais desfavorecidos em maior ou menor grau, onde será difícil a congruência entre os modos de vida e a apetência de leitura, tanto mais difícil quanto mais esta for tomada como sinónimo de actividade elevada em que o livro surge a um tempo, e menos paradoxalmente do que se possa parecer, como fonte de cultura e como objecto destinado aos outros, aos já cultivados. A "leitura legítima" enquadra-se, assim, numa concepção comum de cultura como coisa sublime cujo acesso exige um esforço, um cansaço, um tempo, que tenderão fatalmente a ser dissuasores da prática. Noutros "valores de ócio" se concentrarão, pois, de preferência, as atitudes culturais destes grupos desfavorecidos, caso do visionamento acima referido. Se ler e ver televisão não se excluem mutuamente antes se podem potenciar, é, não obstante, de ter presente que tal possibilidade resultará bastante débil junto do público situado nos grupos em questão.

Vem a propósito lembrar que, em relação à alternativa leitura/televisão, as principais razões apresentadas pelos inquiridos para o maior gasto de tempo com uma ou outra prática correspondem a privilegiar a televisão pela *facilidade* e *distracção* que proporciona e a leitura pelos *conhecimentos* que fornece.

Recorrendo a resultados de outros trabalhos de investigação de natureza qualitativa⁷, não parece abusivo presumir que este contraponto entre as duas práticas (visionamento = recreio *versus* leitura = esforço) releva de uma clivagem cultural que exclui do prazer da leitura aqueles que não se sentem capazes

de ler depressa e muito e que se embaraçam com vocábulos desconhecidos, com elementos para eles insólitos porque ultrapassam o seu universo estético ou com enredos que os obrigam a estabelecer relações complexas e memorizações particularmente árduas quando por falta de tempo e cansaço têm de interromper a leitura. Nestes casos pratica-se uma leitura descontínua, dependente da repetição de motivos e da recorrência de formas convencionais capazes de permitir um fácil reconhecimento.

Alguns trabalhos recentes que investigam os diferentes modos de apropriação do escrito, vêm caracterizando a leitura dos fracos leitores das classes populares precisamente como um tipo de consumo cultural desatento, ligeiro, "oblíquo", concordante com condições de vida pouco propícias a uma situação de leitura-recolhimento; a um tipo de consumo fundamentalmente orientado para a distração e com particular interesse pelo conteúdo, pela "trama" - o consumo *nonchalant* de que Hoggart falava ao referir-se ao modo por que as mulheres das classes populares liam os folhetins: "começam por dar uma vista de olhos às primeiras páginas para ver se a história se inicia depressa e vão logo a seguir à última página para se assegurar que tudo acaba bem"⁸.

Não surpreende que os praticantes deste tipo de leitura descontínua se deixem seduzir pela televisão em desfavor do livro, uma vez que esta aparenta maior facilidade. "Desintelectualizando" a palavra e associando-a à imagem, a televisão liberta o seu consumidor do maior esforço de decifração que se exige ao leitor para imaginar e construir o que na escrita é sugerido (facilidade ilusória da televisão, pois, como se sabe, a decifração da imagem pode exigir um enorme esforço quando o seu código só é acessível a uns poucos).

Se, tendo em conta a população do inquérito, se adicionar os inquiridos que não lêem livros e aqueles que os lêem pouco, ver-se-á atingir 3/4 daquela população o contingente que se afasta da "leitura legítima" ou que, no máximo, faz dela um escasso consumo. Esta resistência ao livro, que, insiste-se, não é necessariamente resistência à leitura em geral, constitui sem dúvida um sério obstáculo para uma política cultural interessada em expandir os hábitos de leitura do livro.

Vêm de longe as preocupações dessas políticas de divulgação do livro, de um passado em que, face ao desenvolvimento da imprensa, se interceptaram duas tendências contraditórias - uma de valorização do livro como coisa que fora própria de sábios e de ricos; outra de valorização do livro como meio de civilização para os povos, mudado que era de objecto raro em mercadoria acessível a um público relativamente alargado.

Mas mesmo os mais entusiásticos defensores da democratização da leitura, no período pós-revoluções burguesas, sabiam que o livro dificilmente seria para muitos e concentravam as suas expectativas de emancipação cultural noutra género de impresso mais acessível como os jornais e as revistas. Estes sim, seriam, a seu ver, a leitura de muitos, se neles se soubesse combinar adequadamente a *instrução* e o *recreio*, atraindo assim os leitores das camadas populares ou das classes laboriosas, como então se dizia. Havia já uma clara percepção de que o modo de usar a capacidade de ler apresentava, nesses fracos leitores, especificidades a que

era preciso atender a fim de os motivar à leitura - conforme se observava num dos muitos jornais de recreio e instrução existentes em Portugal no séc. XIX, "para as classes laboriosas, a quem poucos momentos sobram dos seus empregos, era necessário criar uma literatura própria e de tal arte concebida, que as convidasse a empregar nela algumas horas destinadas ao repouso" (*Universo Pitoresco*, nº 1, 1834).

Uma leitura que exigisse "tempo, estudo e meditação" ficava fora do alcance desses leitores - os jornais, de acesso mais fácil tanto do ponto de vista material como cultural, com textos curtos e variados que ofereciam de tudo um pouco, nomeadamente os jornais de recreio e instrução, tinham evidentes vantagens sobre os livros. Aliás, nas primeiras tentativas de passagem do livro do circuito letrado para o circuito popular reencontram-se aquelas mesmas preocupações manifestas na escolha das páginas e obras menos volumosas e mais amenas, conforme frequentemente se anuncia no lançamento das colecções económicas. Semelhantes orientações reproduzem-se, hoje em dia, na edição da literatura para o grande público, possam embora os procedimentos ser mais sofisticados e adequados a novos gostos - elas aparecem associadas tanto a estratégias de desenvolvimento do mercado do livro como a um certo reconhecimento do direito a uma outra leitura que não só a "legítima", se bem que esta continue a servir-lhe de referência. Assiste-se, pois, a um processo em que, ao mudar-se as relações entre o texto e o objecto que lhe serve de suporte (aumento da acessibilidade através da reorganização do texto ou da introdução de imagens, notas explicativas, etc.), se mudarão também as relações entre o texto e os seus possíveis utentes, podendo o aligeiramento daquele concorrer para o alargamento destes.

Não cabe aqui discutir o merecimento ou a degradação literária implicadas em determinadas estratégias editoriais de divulgação do livro; apenas se faz notar que a lógica do mercado com suas exigências de rentabilidade constitui obviamente um elemento de grande importância na mediação entre a leitura e o leitor (O que se edita? O que se reedita? O que não se edita? Como procura o editor "agarrar" os diferentes públicos? Que riscos pode e quer correr? Em que termos deverá uma política de apoio público à edição corrigir a lógica do mercado? Etc.; etc.).

Relativamente não já à produção do texto mas à sua distribuição assiste-se, hoje em dia, a um outro processo destinado também a estimular a leitura do livro e vencer-lhe as reservas - consiste ele em integrar o livro no espaço quotidiano, pô-lo a fazer parte da vida corrente, em suma, retirá-lo dos lugares inacessíveis aos não-cultivados e torná-lo mais próximo, dessacralizá-lo. A presença crescente do livro nos supermercados, nas tabacarias, a venda à porta ou por correspondência (estas duas formas já com longa tradição) correspondem a esse intento.

Curiosamente, os resultados do inquérito mostram que a livraria continua a ser o local de compra preferido pelos vários tipos de leitores de livros. Afinal, quem mais compra nos supermercados, nos quiosques ou tabacarias, é também quem mais frequenta as livrarias, sendo a apropriação dos espaços dessacralizados feita privilegiadamente pelos "grandes leitores".

Quanto ao destaque dado pelos pequenos leitores à livraria, ele poderá levar a pensar que é a conformidade com as normas da cultura legítima e os seus legítimos espaços que está a actuar sobre aqueles pequenos leitores que tenderão a não considerar digno ir (ou dizer que vão) comprar livros a locais "não nobres".

Mas, por outro lado, há que levantar a questão da possibilidade da exposição do livro nesses locais de frequência habitual exercer, ou não, um efectivo estímulo sobre os que não têm hábitos de leitura. Para lá do facto da oferta de livros competir, aí, com a de outras mercadorias de uso corrente e muito mais fortemente publicitadas, haverá que colocar um problema mais fundo: será por ter o livro à frente dos olhos que se vai adquirir-lo ou antes porque se é capaz de o olhar como objecto apetecível, capacidade que, porventura, não dispensa a prévia criação de condições motivadoras mais profundas e duráveis? Este é um problema idêntico ao que é suscitado pela oferta da arte quando exposta fora dos lugares consagrados (museus, galerias), procurando-se, dessa forma, atrair um público mais largo e variado que se inibiria de ir àqueles lugares. Reflectindo sobre o fracasso de uma dessas experiências, Dario Gamboni observa que "suprimir as distinções arquitectónicas e espaciais que separam habitualmente o espaço reservado aos iniciados do espaço pertencente aos profanos não corresponde, com efeito, a atenuar a distinção entre esses mesmos iniciados e esses mesmos profanos mas, pelo contrário, antes a revela e a dramatiza, fazendo-a aparecer como incorporada unicamente nas pessoas"⁹.

Voltando à aquisição dos livros, é de notar que um outro sistema, o da compra por correspondência, tem, depois da livraria, um peso apreciável. Recordar-se que outros factores, que não propriamente a apetência pela leitura do livro, podem convergir para o sucesso deste sistema: o preço mais económico ou o gasto diferido no tempo, a atracção dos brindes, o aspecto sugestivo dos catálogos, as bonitas encadernações (livros para ver talvez mais do que para ler), a segurança e comodidade de uma escolha de títulos já feita e da própria privacidade do processo ("mais cómodo e mais prático" é o argumento mais frequente entre os inquiridos que utilizam o dito sistema).

Em oposição a esta via de acesso ao livro, a biblioteca funcionará como lugar de leitura austera onde as hierarquias sócio-culturais mais se farão sentir. Quase metade dos inquiridos nunca entrou em bibliotecas ou não as frequenta. Os jovens estudantes são prioritariamente os seus frequentadores, quadros e empregados também são consideráveis utentes embora com menos assiduidade.

Uma política que veja na multiplicação das bibliotecas uma medida eficaz para aproximar do livro o leitor "profano", não deverá perder de vista que a criação e desenvolvimento destes espaços pode, como já aconteceu nalguns países¹⁰, não trazer os frutos esperados, antes dando lugar a efeitos perversos de reforço de desigualdades culturais, na medida em que tendem a ser os grupos social e culturalmente favorecidos os que mais proveito tiram dessa política. Naturalmente, não se pretende dizer que a solução não seja criar e desenvolver lugares de difusão dos bens culturais mas há, talvez, que criá-los de outro modo. Importará atender à natureza e à variedade dos *stocks* das bibliotecas assim como à comodidade e simplicidade dos procedimentos necessários para ter acesso aos livros; importará

igualmente o recurso aos áudio-visuais ("a boa vontade cultural" tem limites e não é atributo de todos os leitores fracos...) e, sobretudo, importará, volta a sublinhar-se, criar condições para que apeteça entrar numa biblioteca aos que não têm, ou têm pouco, o hábito da leitura.

Ao longo das várias considerações que têm vindo a ser feitas, está subjacente uma ideia de leitura próxima de uma definição como a de Leenhardt, vendo-a em termos de "uma construção em que o leitor tende a confirmar um certo número de ideias, hábitos ou crenças constitutivas da sua identidade social e cultural"¹¹, ou como a de Martine Poulain que a entende em termos de um corpo de práticas configurado por "tudo o que a condiciona, a prepara, a prolonga e a anula"¹².

Assim, a inscrição da leitura num meio, numa carreira, numa situação que lhe confirmam sentido representará (e este foi um dos pressupostos iniciais) a condição primeira para que esta prática cultural ganhe solidez.

Sem dúvida que tal prática é evolutiva (raramente se permanecerá "grande", "médio" ou "pequeno leitor" ao longo de toda uma vida) mas num inquérito como este, feito por amostragem estatística e à escala nacional, não pode, como é evidente, entrar-se em conta com mudanças situacionais e acompanhar percursos biográficos em torno da leitura. Tendo, portanto, presentes os limites deste instrumento de trabalho, procurou-se, não obstante, captar e relacionar duas temporalidades diferentes através da caracterização da *herança* dos hábitos de leitura dos inquiridos, do seu actual perfil social e das suas presentes relações com o livro e a leitura. Neste sentido, veio ao encontro do acima referido pressuposto, a associação empiricamente verificada entre hábitos actuais de uma leitura continuada, intensiva e cumulativa, níveis de instrução elevados, profissões qualificadas e um modo positivo de socialização primária (indicadores: existência de livros em casa dos inquiridos na infância; pais e familiares com hábitos de leitura; oferta de livros e leituras feitas pelos mesmos aos inquiridos quando crianças).

Para terminar retoma-se um aspecto a que foi dado destaque no início deste texto, o do importante volume da leitura das outras duas modalidades de impresso para lá do livro. Jornais e revistas são lidos por quem também lê livros (o que se designou como leitura cumulativa), mas podem igualmente constituir a única leitura de alguns inquiridos (a situar entre os praticantes do que se designou como leitura parcelar). Ora, tem-se estado, fundamentalmente, a tecer considerações em torno das clivagens criadas pela leitura de livros mas as hierarquias de legitimidade não passam apenas pela distinção entre o livro e as outras modalidades, passam também pela distinção entre os *géneros* dos livros, dos jornais e das revistas que se lêem.

Até certo ponto, o perfil dos leitores dos jornais diários subverte os traços que predominantemente caracterizam os hábitos de uma leitura sólida (a leitura cumulativa e a dos grandes leitores) - assim, a tendência para a exclusão dos velhos, dos pouco instruídos, dos detentores de profissões desqualificadas é, no caso da imprensa diária, francamente mais atenuada, de tal modo que este género de jornais surge, por excelência, como o mais democratizado objecto de leitura (em menor

escala, regista-se idêntica tendência na leitura das revistas que se reuniram sob a algo difusa designação de revistas de actualidade/espectáculos e música).

Já o mesmo não se passa com outro género de jornal - o semanário - relativamente ao qual se volta a encontrar o perfil dos grandes leitores. Os semanários tendem a ser leitura de leitores cultivados, modalidade delimitada por uma barreira quase tão espessa como a do livro-texto literário; modernos sucedâneos dos jornais de recreio e instrução, o seu consumo, tal como aconteceu a estes no passado, revela-se um consumo de elites, de leitores cultivados, demonstrativo da sua capacidade de se apropriarem de publicações que, em princípio, parecem reunir condições para uma circulação mais alargada.

Desenvolve-se um processo equivalente quanto a determinados géneros de livros recentemente admitidos nas leituras dos cultivados - caso da banda desenhada e dos policiais que os grandes leitores possuem, respectivamente, em percentagem maior ou próxima da dos pequenos leitores. Se assim pode dizer-se, trata-se de um processo de *democratização às avessas*, em que os acessos se abrem para os mais cultivados e, em vez de uma dessacralização da "grande cultura", se opera uma consagração de certas formas da "pequena cultura".

Notas

- 1 Michel Peroni, *Histoires du livre - Lecture et parcours biographique*, Paris, Centre George Pompidou, B.P.I., 1988.
- 2 Roger Chartier, *Pratiques de la lecture*, Marseille, Rivages, 1985.
- 3 Michel de Certeau, *L'invention du quotidien*, Paris, UGE, 1980.
- 4 Jean-François Barbier-Bouvet, "La fin et les moyens: méthodologies des enquêtes sur la lecture", in *Pour une Sociologie de la lecture - lectures et lecteurs dans la France contemporaine*, Martine Poulain (dir.), Paris, Editions du Cercle de la Librairie, s.d., p. 222.
- 5 Jean-Claude Passeron, "Le plus ingénument polymorphe des actes culturels: la lecture", in *Bibliothèques publiques et illettrisme*, Paris, Ministère de la Culture, Paris, 1986, p.17.
- 6 Idem, *ibidem*, p.22.
- 7 Entre outros, citamos: Joelle Balhoul, *Lectures précaires: étude sociologique sur les faibles lectures*, Paris, Centre Georges Pompidou, B.P.I., Paris, 1987; Nicole Robine, *Les jeunes travailleurs et la lecture*, Paris, La Documentation française, 1984; Anne-Marie Thiesse, *Le roman du quotidien*, Paris, Le Chemin Vert, 1984.
- 8 Richard Hoggart, *La culture du pauvre*, Paris, Editions Minuit, 1970, pp. 295-296.
- 9 Dario Gamboni, "Méprises et mépris - Éléments pour une étude de l' iconoclasme contemporain", *Actes de la recherche en sciences sociales*, n° 49, 1983.
- 10 *Pratiques culturelles des français*, Paris, Secrétariat d'Etat à la Culture, 1974.
- 11 Jacques Leenhardt, "Les effets esthétiques de l'oeuvre littéraire: un problème sociologique", in Martine Poulain(dir.), *Pour une sociologie de la lecture*, Paris, Éditions du Cercle de la Librairie, p. 79.
- 12 Martine Poulain, "Avant-propos", *op. cit.*, nota 11, p.8.